

Coleção CONPEDI/UNICURITIBA

Vol. 9

Organizadores

PROF. DR. ORIDES MEZZAROBA
PROF. DR. RAYMUNDO JULIANO REGO FEITOSA
PROF. DR. VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA
PROF.^a. DR.^a. VIVIANE COÊLHO DE SÉLLOS-KNOERR

Coordenadores

PROF.^a. DR.^a. GRASIELE AUGUSTA FERREIRA NASCIMENTO
PROF.^a. DR.^a. MIRTA GLADYS LERENA MANZO DE MISAILIDIS
PROF. DR. EDUARDO MILLÉO BARACAT

DIREITO DO TRABALHO

2014 | Curitiba





Nossos Contatos

São Paulo

Rua José Bonifácio, n. 209,
cj. 603, Centro, São Paulo – SP
CEP: 01.003-001

Acesse: www.editoraclassica.com.br

Redes Sociais

Facebook:

<http://www.facebook.com/EditoraClassica>

Twitter:

<https://twitter.com/EditoraClassica>

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Allessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioli
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
Jonathan Barros Vita
José Edmilson Lima
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gaigher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy

Capa: Editora Clássica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D597

Direito do trabalho

Coleção Conpedi/Unicuritiba.

Organizadores : Orides Mezzaroba / Raymundo Juliano
Rego Feitosa / Vladimir Oliveira da Silveira
/ Viviane Coêlho Séllos-Knoerr.

Coordenadores : Grasiela Augusta Ferreira Nascimento
/ Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidi / Eduardo
Milléo Baracat.

Título independente - Curitiba - PR . : vol.9 - 1ª ed.

Clássica Editora, 2014.

527p. :

ISBN 978-85-99651-97-1

1. Direito coletivo do trabalhador. 2. Integridade
I. Título.

CDD 342.63

XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI/ UNICURITIBA
Centro Universitário Curitiba / Curitiba – PR

MEMBROS DA DIRETORIA

Vladmir Oliveira da Silveira

Presidente

Cesar Augusto de Castro Fiuza

Vice-Presidente

Aires José Rover

Secretário Executivo

Gina Vidal Marcílio Pompeu

Secretário-Adjunto

Conselho Fiscal

Valesca Borges Raizer Moschen

Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa

João Marcelo Assafim

Antonio Carlos Diniz Murta (suplente)

Felipe Chiarello de Souza Pinto (suplente)

Representante Discente

Ilton Norberto Robl Filho (titular)

Pablo Malheiros da Cunha Frota (suplente)

Colaboradores

Elisangela Pruencio

Graduanda em Administração - Faculdade Decisão

Maria Eduarda Basilio de Araujo Oliveira

Graduada em Administração - UFSC

Rafaela Goulart de Andrade

Graduanda em Ciências da Computação – UFSC

Diagramador

Marcus Souza Rodrigues

APRESENTAÇÃO	14
A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE TRABALHO (MIRIAN KARLA KMITA e LEONARDO SANCHES FERREIRA)	17
INTRODUÇÃO	17
NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE TRABALHO	18
PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM O DIREITO DO TRABALHO	21
O TRABALHADOR NO CONTEXTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E DO MERCADO DE CONSUMO	25
FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO	27
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	33
A CRISE ECONÔMICA EUROPEIA E AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FRANCÊS (Nara Fernandes Bordignon e Susan Emily Iancoski Soeiro)	35
INTRODUÇÃO	36
A CRISE ECONÔMICA EUROPEIA E AS TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	37
FLEXIBILIZAÇÃO E FLEXISSEGURANÇA EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA	41
FLEXIBILIZAÇÃO, CRISE ECONÔMICA, NEGOCIAÇÃO COLETIVA E CONVENÇÃO Nº 154 DA OIT	45
DIREITO DO TRABALHO FRANCÊS DIANTE DA CRISE	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	56
“LIMITES DO PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR E A DISCRIMINAÇÃO ESTÉTICA NA RELAÇÃO DE EMPREGO” (Grasiele Augusta Ferreira Nascimento e Maria Aparecida Alkimin).....	58
INTRODUÇÃO	58
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	59
ESTÉTICA	64
DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO	69
LIMITES DO PODER DE DIREÇÃO DO EMPREGADOR	71
CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISCRIMINAÇÃO ESTÉTICA NO TRABALHO	72
COMPETÊNCIA MATERIAL	78

CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	81
A ALTERAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO COMO CONFIGURAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL: UMA ANÁLISE LUKACSIANA SOBRE A DIGNIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGO (Andréa Maria dos Santos Santana Vieira e Pedro Gallo Vieira)	84
INTRODUÇÃO	85
A DESMOTIVAÇÃO GERADA PELO ASSÉDIO MORAL, QUAL AFETA A PRODUTIVIDADE E A QUALIDADE DE VIDA DO EMPREGADO	88
DA RESPONSABILIDADE DE TODO O GRUPO, INCLUÍDA À VÍTIMA, PERANTE O ASSÉDIO MORAL	90
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE VIDA E DA CARREIRA EM RELAÇÃO AO SUJEITO	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	101
A CRISE DO ESTADO SOCIAL E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (Valéria Crisóstomo Lima Verde e Gina Vidal Pompeu)	102
INTRODUÇÃO	103
O ESTADO SOCIAL	104
O IMPACTO DA GLOBALIZAÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS	108
OS SINDICATOS	116
CONCLUSÃO	119
REFERÊNCIAS	120
EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, CONTRA O TRABALHO DEGRADANTE (Marcus Mauricius Holanda)	123
INTRODUÇÃO	124
A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO OBJETIVO DO ESTADO DEMOCRÁTICO	125
A DIGNIDADE DA PESSOA COMO PRECEITO FUNDAMENTAL	129
O TRABALHO EM CONDIÇÕES DIGNAS	132
A ATUAÇÃO DE ÓRGÃO JURISDICIONAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	135
CONCLUSÃO	137
REFERÊNCIAS	138
DIGNIDADE NO TRABALHO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL: NECESSIDADE DE CONSTRUIR UM SISTEMA DE VALORES COMPARTILHADOS (Paulo Antonio Brizzi Andreotti e Lourival José de Oliveira) ...	140
INTRODUÇÃO	141
A ATIVIDADE EMPRESARIAL E O DIREITO DO TRABALHO NO MUNDO GLOBALIZADO	142

ANOTAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE EMPRESARIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	146
O VALOR SOCIAL DO TRABALHO NA ATIVIDADE EMPRESARIAL	150
O VALOR SOCIAL DO TRABALHO E A FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	155
CONCLUSÕES	164
REFERÊNCIAS	165
DESENVOLVIMENTO HUMANO E TUTELA LABORAL DAS MULHERES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: NUANCES E PERSPECTIVAS NO CERNE DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 (Flávia de Paiva Medeiros de Oliveira e Paulla Christianne da Costa Newton)	170
INTRODUÇÃO	171
O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E O TRABALHO DA MULHER	172
A PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER APÓS A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988	174
CONCLUSÕES	182
REFERÊNCIAS	183
EMPREGADO DOMÉSTICO: UMA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL EM PROL DE SUA EMANCI- PAÇÃO (Maria Cecília Máximo Teodoro e Miriam Parreiras de Souza)	185
INTRODUÇÃO	186
EVOLUÇÃO: HISTÓRIA DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS	187
A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	190
DA AMPLIAÇÃO DE DIREITOS AO EMPREGADO DOMÉSTICO	204
REFERÊNCIAS	210
ESTABILIDADE DA GESTANTE, ABUSO DO PODER DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. UMA QUESTÃO DE LEGALIDADE OU DIGNIDADE? (Robert Carlon de Carvalho e Daniel Ricardo Augusto Wood)	212
INTRODUÇÃO	213
CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO	214
PRINCÍPIOS EM DESTAQUE	219
A GARANTIA NO EMPREGO	224
O ABUSO DO PODER DE DIREITO	229
ABUSO DO PODER DE DIREITO E A GARANTIA DE EMPREGO	231
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	237
PROTEÇÃO À INTIMIDADE E PRIVACIDADE DO EMPREGADO NO AMBIENTE DE TRABALHO (Deilton Ribeiro Brasil)	239

INTRODUÇÃO	240
PROTEÇÃO À INTIMIDADE DO EMPREGADO NO AMBIENTE DE TRABALHO	241
VIOLAÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE E SEUS REFLEXOS	245
O RESPEITO À PRIVACIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	252
REFERÊNCIAS	253
SUSTENTABILIDADE NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO: UM NOVO PARADIGMA PARA A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO (Samia Moda Cirino)	255
INTRODUÇÃO	256
O ESTADO CONTEMPORÂNEO EM FACE DAS PROPOSTAS NEOLIBERAIS	257
O CAPITALISMO E A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO	260
A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E O NOVO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES	263
SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RESPONSABILIDADE SOCIAL E FUNÇÃO SOCIAL: NECESSÁRIA COERÊNCIA DISCURSIVA	265
AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	268
O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	271
A SUSTENTABILIDADE NO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	273
OS DESAFIOS PARA O IMPLEMENTO DA SUSTENTABILIDADE NO MEIO AMBIENTE LABORAL	276
CONCLUSÃO	278
REFERÊNCIAS	279
UMA (RE)LEITURA DO ARTIGO 7º, XXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA A MONETIZAÇÃO DO RISCO COM ENFOQUE EM ATIVIDADES INSALUBRES (Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli e Silvana Souza Netto Mandalozzo)	282
INTRODUÇÃO	283
NOÇÕES SOBRE ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E PENOSIDADE	284
SAÚDE DO TRABALHADOR E A MONETIZAÇÃO DO RISCO	287
MEDIDAS ALTERNATIVAS PARA A MONETIZAÇÃO DO RISCO	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
REFERÊNCIAS	296
DIREITOS FUNDAMENTAIS, SINDICAIS, COLETIVOS E SALUBRIDADE DO TRABALHO (Eloy P. Lemos Junior e Dilson Antônio do Nascimento)	299
INTRODUÇÃO	301

NOVOS CONCEITOS PARA O DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS	303
A EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PARTICULARES	309
OS DIREITOS TRABALHISTAS E A NOVA SUMMA DIVISIO DIREITOS INDIVIDUAIS E DIREITOS COLETIVOS	310
A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO: O MOVIMENTO SINDICAL E OS DIREITOS COLETIVOS DO TRABALHO	313
O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	317
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS COLETIVOS POR DANOS MORAIS COLETIVOS	324
CONCLUSÃO	326
REFERÊNCIAS	327
NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – VEÍCULO DE CONCRETUDE SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICA DOS OBJETIVOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL NA EMPRESA ECOLÓGICA (Carlos Eduardo Koller e Eduardo Biacchi Gomes)	329
INTRODUÇÃO	331
A NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO COMO REVELADOR DOS PROBLEMAS INTERNOS DA CORPORação: A DEMOCRACIA PARA DENTRO DA EMPRESA	333
CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E A RELAÇÃO DIRETA COM OS OBJETIVOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: O ESTADO DE DIREITO SOCIOAMBIENTAL ..	336
CONSIDERAÇÕES FINAIS	347
REFERÊNCIAS	349
O IMPACTO JURÍDICO DA COPA DO MUNDO 2014 E DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013 NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO BRASILEIRO (Marcelo Mauricio da Silva)	351
INTRODUÇÃO	352
COPA DO MUNDO 2014 E COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013: MEGAEVENTOS ESPORTIVOS	353
O DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	358
O INTERESSE ECONÔMICO VERSUS O INTERESSE LABORAL	365
A ANTIJURIDICIDADE DO PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 728/2011	367
O LEGADO SOCIOLABORAL DA COPA DO MUNDO 2014 E DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES 2013	371
CONCLUSÃO	374
REFERÊNCIAS	377
O DIREITO FUNDAMENTAL AO LAZER NO CONTEXTO SOCIAL ATUAL E A CULTURA COMO OBJETO DE CONSUMO (Patrícia Borba de Souza e Prof.ª Drª. Mirta Gladys Lerena Manzo de Misailidis)	379
INTRODUÇÃO	380

GLOBALIZAÇÃO E A CRISE DO MODELO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	381
A INDÚSTRIA CULTURAL E O CONSUMISMO COMO SINÔNIMO DE LAZER	383
A CULTURA E O LAZER	387
CONSIDERAÇÕES FINAIS	390
REFERÊNCIAS	391
CULTURA NEGOCIAL NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ITÁLIA (Adriana Letícia Saraiva Lamounier Rodrigues e Diego Manenti Bueno de Araújo)	393
INTRODUÇÃO	395
CULTURA NEGOCIAL	397
CONVENÇÃO COLETIVA	401
SINDICATO	407
CONCLUSÃO	413
REFERÊNCIAS	414
OS RETROCESSOS TRAZIDOS PELA NOVA LEI DO MOTORISTA SOB O PRISMA DO TRABALHO DIGNO (Esp. Caren Silva Machado e Dr. Rodrigo Goldschmidt)	415
INTRODUÇÃO	416
CONFIGURANDO A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL	417
CONFIGURANDO A JORNADA DE TRABALHO E SEUS LIMITES	419
ABORDAGEM SOBRE A NOVA LEI DO MOTORISTA PROFISSIONAL SOB A ÓTICA DO TRABALHO DIGNO	424
INTERPRETAÇÃO DA LEI 12.619 DE 2012 À LUZ DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS	436
CONSIDERAÇÕES FINAIS	440
REFERÊNCIAS	441
TRABALHO EDUCATIVO: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS OU EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE BAIXO CUSTO (Danielle de Jesus Dinali)	444
INTRODUÇÃO	445
DIREITOS SOCIAIS AFETOS AOS ADOLESCENTES	446
TRABALHO EDUCATIVO: PREVISÃO LEGAL	449
EXPLORAÇÃO DE MÃO DE OBRA JOVEM: APRENDIZ E ESTÁGIO	451
TRABALHO EDUCATIVO: EXPERIÊNCIAS REAIS	453
TRABALHO EDUCATIVO: EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS OU EXPLORAÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO DE BAIXO CUSTO	457

CONCLUSÃO	459
REFERÊNCIAS	460
DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR TERCEIRIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Ailsa Costa de Oliveira e Maria dos Remédios Fontes Silva)	463
INTRODUÇÃO	464
CONCEITO DE TERCEIRIZAÇÃO	465
A TERCEIRIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO	467
FATORES QUE POTENCIALIZAM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	476
CONCLUSÕES	479
REFERÊNCIAS	480
O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO COMO EMPECILHO PARA A ADOÇÃO DA PARASSUBORDINAÇÃO NO BRASIL: UMA VISÃO GERAL A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ITALIANA (Gláucia Fernandes da Silva)	481
INTRODUÇÃO	483
BREVE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA SUBORDINAÇÃO	484
A PARASSUBORDINAÇÃO NA ITÁLIA	488
PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO: CONCEITO, ORIGEM E AS SUAS DIMENSÕES	492
O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO COMO EMPECILHO PARA A ADOÇÃO DA PARASSUBORDINAÇÃO	496
CONCLUSÃO	502
REFERÊNCIAS	502
REGULAMENTAÇÃO E REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O TRABALHO DO ESTRANGEIRO NO BRASIL E QUESTÕES SOBRE O TRABALHO DO BRASILEIRO NO EXTERIOR (Flávia de Ávila e Luciana Diniz Durães Pereira)	504
INTRODUÇÃO	505
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESTRANGEIRO, MIGRANTE E REFUGIADO	506
POLÍTICA VIGENTE NO PAÍS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA CONDIÇÃO DE IMIGRANTES	510
POLÍTICA VIGENTE NO PAÍS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA CONDIÇÃO DE REFUGIADOS	514
POSSÍVEIS MODIFICAÇÕES PARA A CONDIÇÃO DE ESTRANGEIRO NA LEGISLAÇÃO ATUAL: O NOVO “ESTATUTO DO ESTRANGEIRO”	516
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O TRABALHO DO ESTRANGEIRO NO BRASIL	519
QUESTÕES SOBRE CONTROVÉRSIAS TRABALHISTAS REFERENTES AO TRABALHO ESTRANGEIRO NO BRASIL E DO CIDADÃO BRASILEIRO NO EXTERIOR	523
CONCLUSÃO	529
REFERÊNCIAS	530

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

